



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Conselho Nacional de Previdência Social

# **ATA**

## **6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -**

**Brasília/DF, 17 de agosto de 2023**

## ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNPS

**DATA:** 17 de agosto de 2023

**LOCAL:** MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

### PRESENCAS

<b>Representantes do Governo</b> MPS – Carlos Roberto Lupi SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca INSS – Alessandro Antônio Stefanutto INSS – Andre Paulo Felix Fidelis CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	<b>Representantes dos Trabalhadores em Atividade</b> FS – Odair Antonio Bortoloso UGT – Natal Léo CUT- Ariovaldo de Camargo CONTAG – Evandro José Morello CTB – Rolando Medeiros
<b>Representantes dos Aposentados e Pensionistas</b> SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa CSB – Bartolomeu Evangelista de França COBAP – Obede Muniz Teodoro SINDNAPI/FS – Tonia Andrea Inocentini Galleti	<b>Representantes dos Empregadores</b> CNF – Rafael Baldi da Silva CNC – Helio Queiroz da Silva CNM – Antonio Mário Rattes de Oliveira CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo
<b>Palestrante/Convidado</b>  MPS – Patrick Barcellos Peixe INSS – Sérgio Cheque	

## I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), cumprimentando e agradecendo a presença de todos(as). Informou que havia cerca de 15 dias que foi iniciado o Programa de Enfretamento à Fila da Previdência Social (PEFPS), o qual estava sendo um sucesso absoluto e obtendo grandes resultados, que seriam apresentados ao CNPS quando o Programa completasse 30 dias de execução. Destacou que a previsão era analisar 1 milhão de pedidos iniciais e agradeceu o Sr. Adroaldo Portal e o Sr. Alessandro Stefanutto pela dedicação à causa.

## II – ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** levou ao conhecimento a pauta da reunião: I – Abertura; II – Ordem do Dia: 1) Crédito Consignado: Srs. Alessandro Stefanutto, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Benedito Brunca, Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social (DRGPS/SRGPS/MPS); 2) Projeto de Lei Orçamentária Anual da Previdência Social - PLOA 2024: Srs. Patrick Barcellos, Coordenador-Geral de Gestão e Administração/SE/MPS e Sérgio Cheque, Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS; III – Encerramento. Instou o ponto de pauta: Crédito Consignado, registrando que o Banco Central (BACEN), pela primeira vez, diminuiu a taxa oficial dos bancos em 0,5%. Observou que a vanguarda feita pelo CNPS pautou essa discussão durante os últimos meses no processo do crédito consignado e pontuou que realizou um debate permanente com o Ministro de Estado da Fazenda, as Presidentes do Banco do Brasil e da Caixa, para que não houvesse novamente um equívoco. Explanou que seria apresentada uma proposta dentro de um conceito já preparado e discorreu que era importante que a ata da reunião do BACEN, em que foi tomada a decisão de diminuição dos juros, fosse repassada aos(as) conselheiros(as). Concedida a palavra, o **Sr. Alexandre Stefanutto** cumprimentou a todos(as) e registrou os seus sentimentos ao falecimento do pai da Conselheira Sra. Tonia Galleti. Com relação ao crédito consignado, informou que foi elaborada uma proposta de teto de taxa baseada na perspectiva da queda da SELIC e esclareceu, em resposta ao questionamento realizado sobre o crédito para os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), que estava sendo aguardado o término do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade, ou não, da lei. De posse da palavra, o **Sr. Benedito Brunca** comunicou que o GT sobre Cartão de Crédito e Cartões de Benefícios, em sua reunião do dia 16 de agosto de 2023, debateu os aspectos da evolução das taxas desde a última decisão do CNPS a respeito da fixação do teto da taxa em 1,97%, em março de 2023. O **Sr. Presidente** interrompeu a apresentação e solicitou que fosse realizado um minuto de silêncio em homenagem ao falecimento do Sr. João Inocentini. Feito, o **Sr. Benedito Brunca** retomou a palavra, acrescentando que o representante do BACEN apresentou o conjunto de evolução das taxas do mercado, da oferta do crédito e da comparação das atividades desde março de 2023 ao GT. Além disso, discorreu que também foram apresentadas duas estimativas a partir de estudos feitos pelo Departamento do Regime Geral de Previdência Social (DRGPS), com a cooperação do Coordenador-Geral de Estudos e Estatística, Sr. Eduardo Pereira. Explicou que a primeira estimativa trazia como referência o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) futuro que, em março, era de 5,96% e houve a fixação da taxa em 1,97% (26,38% a.a.), resultando em uma diferença de 19,27% entre a taxa do consignado e o

36 IPCA futuro e, com base nessa mesma lógica, havendo um IPCA futuro de 4,84% em julho, a diferença entre a taxa do  
37 consignado e o IPCA futuro subiu para 20,54%. Salientou que, tendo essa referência e buscando readequar a mesma  
38 margem que os bancos dispunham no mês de março de 2023 para realização das atividades, estavam sugerindo uma  
39 referência de 1,88% para as operações de empréstimo e 2,08% para as operações de cartão. Explanou que a segunda  
40 estimativa trazia como referência a taxa SELIC futura, que diminuiu de 13,75% para 13,25%, e considerava a taxa de juros  
41 do consignado atual, que diminuiu de 26,38% anual para 25,42%, resultando em uma taxa futura de 1,91% para o  
42 empréstimo consignado e 2,83% para os cartões. Salientou que os representantes das Instituições Financeiras (IFs)  
43 apresentaram alegações com relação ao custo e às várias naturezas que o segmento possuía, mas esclareceu que não  
44 estavam expondo essa proposta para indicar o quanto as IFs cobriam no nível mínimo e médio e, sim, no nível máximo.  
45 Explicou que estava apresentando as duas estimativas, todavia, estava submetendo a indicação da adoção da segunda  
46 estimativa como referência para a tomada de decisão. O **Sr. Presidente** informou que, após a reunião do GT, manteve o  
47 diálogo com os setores do governo e com a equipe técnica do MPS, os quais lhe convenceram em fixar a taxa em 1,91%,  
48 uma vez que a estimativa feita com a taxa SELIC era o percentual proporcional ao que foi diminuído da taxa de juros pelo  
49 BACEN. Observou que foi muito ressaltado na ata da reunião do Banco Central, que seria distribuída aos(as)  
50 conselheiros(as), de que essa queda deveria ter continuidade e, diante desse fato, a criação de um parâmetro para  
51 diminuição de taxas, acompanhando sempre a média feita no comparativo com a taxa SELIC, permitiria avançar no  
52 processo para definição de uma taxa razoável para o consignado até o final de 2023. Abrindo as manifestações, a **Sra.**  
53 **Tonia Galleti** externou a sua preocupação com a retomada do debate para a diminuição de juros, sobretudo, devido à  
54 diminuição da oferta do consignado em momento em que ainda era necessário crédito para os beneficiários do INSS.  
55 Registrou que participou de seminário em que foi discutido o superendividamento, em que a sua manifestação foi no  
56 sentido de que não ter a condição de comprar o que se pretende era pior do que estar negativado e que o crédito era  
57 sinônimo de cidadania, atualmente. Questionou ao INSS se havia, de fato, a redução da oferta dos empréstimos  
58 consignados para a população e ponderou que não poderiam aplicar essa metodologia, necessariamente, *ad eternum*, sob  
59 pena de zerar a taxa. O **Sr. Presidente** pontuou que havia várias avaliações que deveriam ser consideradas, como o  
60 Programa Desenrola, que facilitou a vida de quem tinha alguma dívida, o que, em sua opinião, poderia ter influenciado  
61 nessa queda e intuiu que a diminuição do assédio era um respeito à cidadania. O **Sr. Benedito Brunca** observou que nunca  
62 havia uma explicação única em relação à evolução ou à oscilação dos números e realizou a comparação entre alguns meses  
63 de 2022 e 2023 de contratações de empréstimos e refinanciamento, para que houvesse um retrato da evolução e da  
64 existência de demanda, destacando que não poderiam caracterizar uma redução da oferta do crédito de forma geral. O  
65 **Sr. Presidente** relatou que o Banco do Brasil e a Caixa já estavam praticando taxas menores, o que elevou a busca da oferta  
66 de crédito consignado em ambos os bancos e informou que haveria um parâmetro para que houvesse uma informação  
67 mais exata na próxima reunião ordinária do CNPS. De posse da palavra, o **Sr. Benedito Brunca** apresentou alguns dados  
68 referentes à portabilidade em alguns meses de 2022 e 2023, e destacou que a portabilidade e o refinanciamento estavam  
69 provocando a movimentação do crédito. O **Sr. Presidente** comentou que estavam se preparando para cumprir a  
70 deliberação do CNPS de colocar todas as taxas praticadas pelas IFs no Portal da Transparência e na página do INSS, para

71 facilitar a portabilidade. O **Sr. Natal Léo** prestou os seus sentimentos à Sra. Tonia Galletti; ressaltou que não havia  
72 observado nenhum banco cobrar a taxa máxima até o momento; e externou que a sua única preocupação era o aumento  
73 do número de inadimplentes. O **Sr. Presidente** ponderou que, talvez, a falta de educação financeira fosse o grande  
74 problema da base dessa sociedade e explanou que o desafio do CNPS era levar a informação à população. Destacou que  
75 acabariam com a lucratividade em cima da miséria dos outros quando todos os sistemas do INSS estivessem tivessem  
76 funcionando e quando todas as análises forem feitas em 45 dias. O **Sr. Helio Queiroz** salientou a importância de habilitar  
77 o primeiro desconto apenas para as Instituições Financeiras que possuem o nível prata, para diminuição do número de  
78 fraudes. O **Sr. Odair Bortoloso** inferiu que deveria ser automática a baixa da taxa de juros do consignado quando houvesse  
79 redução da SELIC e o **Sr. Presidente** esclareceu que não havia a possibilidade de fixar esse valor, uma vez que dependeria  
80 da variação do percentual da SELIC. O **Sr. Ariovaldo de Camargo** recordou que houve a tentativa de criar um determinado  
81 referencial para que fosse realizada uma flutuação da taxa do consignado, a fim de que esse debate não fosse realizado  
82 com tanta frequência, e pontuou que era necessário ter um processo para que os beneficiários do INSS não fossem  
83 penalizados por não ter as informações e que a redução da taxa de 1,97% para 1,91% seria pouco sentida. O **Sr. Bartolomeu**  
84 **França** recordou que, há cerca de três reuniões anteriores, o Sr. Paulo Pinto ficou incumbido de apresentar um sistema de  
85 recolhimento de caução, porém, esse item foi retirado de pauta e que, nessa mesma reunião, havia colocado a retirada  
86 do pagamento da taxa de desconto para a DATAPREV para operacionalizar o sistema e a retirada de IOF, como mecanismos  
87 para auxiliar a diminuição dos juros e defendeu que o teto fosse 1,88% para o empréstimo consignado e de 2,80% para o  
88 cartão. O **Sr. Evandro Morello** endossou a sugestão de que houvesse um parâmetro para definição do teto de juros para  
89 o consignado do INSS e discorreu que, em sua opinião, a taxa SELIC refletia uma situação mais real. Questionou se haveria  
90 a aplicação imediata da regra para os meses seguintes se a segunda estimativa fosse aprovada. Com a palavra, o **Sr. Odair**  
91 **Bortoloso** informou que acabara de receber uma proposta de portabilidade com taxa de 0,69% ao mês. O **Sr. Rafael Baldi**  
92 explanou que não havia tabelamento da taxa mínima a ser aplicada e salientou que estavam observando, de forma  
93 preliminar, que alguns beneficiários do INSS estavam tendo uma redução na oferta do consignado. Explanou que uma  
94 resolução do Banco Central proibia que uma operação fosse feita se não desse rentabilidade mínima e observou que as  
95 IFs tinham custo de captação diferente. O **Sr. José Tadeu Peixoto** salientou que seria excelente se os juros anuais fossem  
96 aqueles definidos pela Constituição Federal de 1988, de 6% ao ano, e que os empréstimos sempre teriam juros, mesmo  
97 que a inflação fosse zero. O **Sr. Rafael Baldi** relatou que o teto de taxa, na opinião da Federação Brasileira de Bancos  
98 (FEBRABAN), nunca teve o objetivo de ser um fator que alija bancos do processo e ressaltou que havia exemplos em que  
99 o teto do INSS era mais alto e as taxas praticadas eram muito mais baixas, uma vez que havia viabilidade econômica em  
100 todas as IFs que trabalhavam com esse ecossistema. Arrazoou que não havia limite para a autorregulação, que contribuiu  
101 muito para retirar muitas instituições que operavam de forma errada, e que era realizado um trabalho de educação  
102 financeira, para o qual seria ótimo receber sugestões. O **Sr. Presidente** solicitou ao Sr. Andre Fidelis que as informações  
103 que estavam sendo elaboradas para inserção na página do INSS fossem encaminhadas como sugestão à FEBRABAN. O **Sr.**  
104 **Rafael Baldi** recordou que, na ocasião em que o teto da taxa foi aumentado, houve um pedido de que o trabalho da  
105 autorregulação fosse intensificado para diminuição do número de reclamações, o qual foi reduzido pelo indicador

106 utilizado. Informou que alguns casos estavam sendo investigados em que havia o oferecimento de taxas menores para a  
107 portabilidade e um grande aumento na primeira renegociação e observou que a portabilidade tinha se intensificado nos  
108 bancos que não faziam parte da autorregulação. Explicou que o IPCA não poderia ser utilizado como parâmetro e que a  
109 SELIC não contemplava os custos bancários e sugeriu a utilização da curva futura de juros e o custo da oferta do produto  
110 nos canais. Questionou sobre a possibilidade de sugerir que a redução do teto da taxa ficasse para um segundo momento,  
111 a fim de que fosse verificada a situação da redução da oferta do crédito consignado para alguns beneficiários. Finalizadas  
112 as manifestações, o **Sr. Presidente** procedeu à votação da proposta de diminuição do teto da taxa para o crédito  
113 consignado INSS para 1,91% e para cartão de crédito consignado para 2,83%, de acordo com as discussões com o Ministério  
114 da Fazenda, Banco Brasil e Caixa, com o compromisso de que as taxas seriam abaixadas novamente, caso o BACEN  
115 reduzisse novamente a SELIC. Aprovada, por maioria, com os votos favoráveis do SINTAPI/CUT, CONTAG, FS, CUT,  
116 SINDNAPI/FS, SRGPS/MPS, SRGPS/MPS, CNC, CNA, CONJUR/MPS, SRPC/MPS, INSS e MPS e voto contrário da CNF.  
117 Finalizado o primeiro item de pauta, instou o segundo: Projeto de Lei Orçamentária Anual da Previdência Social - PLOA  
118 2024. Com a palavra, o **Sr. Alexandre Stefanutto** agradeceu ao CNPS pela aprovação do PLOA 2024, no qual foi consignado  
119 a necessidade de alguns novos aportes no orçamento e discorreu que alguns aportes e algumas ações em paralelo foram  
120 efetuadas, o que trazia a necessidade de nova análise do PLOA. Informou que o Decreto nº 11.647 instituiu o Grupo de  
121 Trabalho para formulação de propostas que contribuam para a melhoria das bases de dados e da gestão dos processos e  
122 sistemas corporativos referentes aos benefícios operacionalizados pelo INSS, e comentou que as ações da previdência  
123 junto ao INSS eram sustentadas pelos pilares da gestão, investimento e estrutura. Relatou que a missão do INSS era  
124 reconhecer direito, a qual estava sendo retomada com o retorno dos investimentos e que várias ações em paralelo foram  
125 tomadas para que pudessem realizar o PEFPS e melhorar a gestão. Registrou que houve a solicitação de uma maior  
126 liberação de recursos, ainda em 2023, ao governo federal, a qual foi atendida, no valor de R\$ 170 milhões, e que houve  
127 um aceno importante de partida de R\$ 150 milhões para 2024, para que pudessem trabalhar a humanização, o  
128 atendimento adequado e a gestão. Explicou que o Presidente Lula trouxe para o MPS a governança de um grupo em que  
129 seriam propostas e discutidas ações e alterações legislativas, visando melhorar o quadro da Previdência. Como houve  
130 alteração do PLOA 2024, discorreu que estavam submetendo-o novamente à apreciação do CNPS. O **Sr. Adroaldo Portal**  
131 recordou que, com a entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.181, havia um descontingenciamento de R\$ 129 milhões  
132 em recursos para 2023 e para 2024. De posse da palavra, o **Sr. Patrick Barcellos** demonstrou a distribuição de recursos  
133 para a administração direta do MPS. Registrou que houve um acréscimo de recurso para a administração central, para  
134 melhoramento dos projetos de investimento na área de tecnologia e de contratação com a DATAPREV e que conseguiram  
135 atender toda a demanda prevista do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), totalizando um valor referencial  
136 de R\$ 188.535.055,00, todavia, havia uma previsão de R\$ 195,5 milhões, ficando R\$ 6.964.945,00 de necessidade de  
137 suplementação. Observou que a maior deficiência foi do INSS, que não recebeu todo o valor solicitado, tendo como  
138 justificativa o teto de gasto. O **Sr. Benedito Brunca** esclareceu que havia uma necessidade de suplementação de R\$ 45  
139 milhões na apresentação realizada anteriormente e observou que a situação havia melhorado bastante, tendo em vista  
140 que esse valor teria caído para R\$ 6.964.945,00. Com a palavra, o **Sr. Sérgio Cheque** relatou que a suplementação recebida

141 pelo INSS para 2023 permitiria a prorrogação do contrato com a DATAPREV e a manutenção da Central 135. Registrou que  
142 a suplementação de 2023 foi de R\$ 1,9 bilhão e que, para 2024, havia a expectativa de suplementação para alcançar o  
143 valor necessário de R\$ 2,44 bilhões. O **Sr. Alessandro Stefanutto** complementou, discorrendo que tentariam organizar o  
144 INSS por meio do enfrentamento da fila e, para isso, eram necessários investimentos que, inclusive, mitigariam os riscos  
145 de fraude. Asseverou que havia muita expectativa para 2024, uma vez que houve a sinalização de que o ajuste para a PLOA  
146 do referido exercício seria um ponto de partida. O **Sr. Sérgio Cheque** ponderou que as limitações continuavam, entretanto,  
147 a sinalização existente dos órgãos de gestão orçamentária para o INSS e para o MPS dava uma certa tranquilidade. Com  
148 relação ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS), informou que foi elaborada nova projeção, com  
149 acréscimo na Compensação Previdenciária (COMPREV), definido o valor exato para as sentenças judiciais e nova projeção  
150 para os benefícios previdenciários, considerando o pagamento de todas as despesas do exercício. Quanto ao quadro  
151 comparativo da receita própria e despesas discricionárias, arrazoou que a dotação das despesas discricionárias foi  
152 atualizada para R\$ 1,9 bilhão. Abrindo as manifestações, o **Sr. Evandro Morello** solicitou esclarecimentos sobre a queda  
153 das despesas com sentenças judiciais e o **Sr. Alessandro Stefanutto** explicou que a projeção desse gasto era feita pelos  
154 tribunais, juntamente com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), a qual foi menor do que projetado pelo INSS e que  
155 havia uma diminuição de procedências, apesar do aumento da judicialização. O **Sr. Presidente** afirmou que esse valor  
156 diminuiria muito com o equilíbrio do sistema de fila que seria realizado até dezembro de 2023. Não havendo outras  
157 manifestações, o **Sr. Benedito Brunca** registrou que constava a minuta de resolução com a adequação dos referenciais  
158 que foram apresentados na pasta disponibilizada aos(as) conselheiros(as) e esclareceu que a lógica dessa minuta seguia a  
159 mesma estrutura da discutida na reunião anterior, visto que foi realizada apenas uma alteração no artigo 2º, indicando  
160 que o referencial aprovado para o INSS foi de R\$ 1,9 bilhão e de R\$ 188.535.055,00 para o MPS, apontando a necessidade  
161 de suplementação de R\$ 540 milhões para o INSS e de R\$ 6.964.945,00 para o MPS. De posse da palavra, o **Sr. Rafael Baldi**  
162 questionou se houve algum encaminhamento sobre a recomendação referente à receita própria do INSS e, em resposta,  
163 o **Sr. Alessandro Stefanutto** esclareceu que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ) estava finalizando um estudo  
164 sobre a receita recebida da folha e que houve aceno do governo que, se houvesse acréscimos, seria discutido o seu retorno  
165 para a Autarquia. Na sequência, o **Sr. Presidente** procedeu à votação do PLOA 2024, o qual foi aprovado à unanimidade,  
166 com os votos favoráveis da CNI, CNC, CNA, FS, CUT, CONTAG, SINTPI/CUT, COBAP, SINDNAPI/FS, SRGPS/MPS, INSS,  
167 SRGPS/MPS, SRPC/MPS, CONJUR/MPS e MPS. Com a palavra, o **Sr. Natal Léo** questionou quando seriam implementados  
168 os Conselhos de Previdência regionais e, em resposta, o **Sr. Alessandro Stefanutto** informou que já foi determinada a  
169 retomada de todos os conselhos regionais. O **Sr. Presidente** observou que o representante da Confederação Brasileira de  
170 Aposentados e Pensionistas (COBAP) estava ausente na primeira votação devido à necessidade da sua participação em  
171 uma audiência e explanou que, como ele estava presente, retomou a votação dando-o direito de votar. O **Sr. Obede**  
172 **Teodoro** agradeceu a atenção e registrou o seu voto favorável aos percentuais aprovados. Solicitou que os materiais  
173 utilizados na reunião do GT sobre Cartão de Crédito e Cartões de Benefícios lhe fossem encaminhados. A **Sra. Tônia Galleti**  
174 solicitou que fosse incluída a sua participação nesse GT e sugeriu a sua participação no GT que estava acompanhando o  
175 acordo do STF em relação aos prazos. O **Sr. Alessandro Stefanutto** ponderou que era importante que fixasse a realização

176 de reunião no INSS para que fossem seguidos os processos administrativos. O **Sr. José Tadeu Peixoto** questionou se havia  
177 alguma tratativa em relação às parcerias com as prefeituras e se o convênio com as empresas poderia ser retomado. Em  
178 resposta, o **Sr. Presidente** informou que as parcerias com as prefeituras têm avançado e estava sendo iniciada pela Região  
179 Nordeste e o **Sr. Andre Fidelis** complementou, relatando que o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) estava aberto para  
180 os sindicatos, associações e empresas.

181 **III – ENCERRAMENTO**

182 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a 6ª Reunião Extraordinária  
183 do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, lavrada a presente  
184 Ata que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado.